



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
ÁREA DE CONTRATOS - ARCON/DILOG/DITEC/PF

Assunto: **Pedido de esclarecimento - P.E. nº 90004/2025**

Destino: **ARCON/DILOG/DITEC/PF**

Processo: **08059.000043/2025-98**

Interessado: **ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO - AEDI/DILOG/DITEC/PF**

1. Trata-se de procedimento para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, formação e treinamento de brigada voluntária, reciclagem e primeiros socorros por meio de "**Brigada de Bombeiros Civis**" para atuação nas dependências da Diretoria Técnico Científica - DITEC/PF e do Hangar da Coordenação do Comando de Aviação Operacional - CAOP/CGAP/DIREX/PF, que fica situado no aeroporto internacional de Brasília/DF, formalizado como Pregão Eletrônico, com fulcro na Lei n. 14.133/2021.

2. Considerando pedido de esclarecimento (61700781) e em atenção ao Despacho nº 61700787 - CPL/DILOG/DITEC/PF, apresento a seguir os esclarecimentos solicitados:

"1- O serviço já é prestado atualmente? Em caso positivo, favor informar o número do contrato vigente."

ESCLARECIMENTO: Sim, o serviço está sendo prestado no edifício DITEC/PF e no Hangar da CAOP/DIREX/PF conforme Contrato nº 17/2020 - CGAD/DLOG/PF sub-rogado à DITEC/PF.

"2- A contratante é substituta tributária?"

ESCLARECIMENTO: Sim, a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e dispõe sobre a retenção de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins) nos pagamentos efetuados por órgãos da administração pública federal direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista a pessoas jurídicas fornecedoras de bens ou prestadoras de serviços. A retenção é obrigatória e deve ser realizada no momento do pagamento, conforme as alíquotas e códigos de receita especificados na própria instrução normativa. Quanto a INSS patronal, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991 e do art. 7º, §6º da Lei nº 12.546, de 2011, este quando o sujeito passivo for optante pela contribuição previdenciária sobre a receita bruta – CPRB, com percentuais de retenção de 11% ou 3,5% CPRB.

"3- Existe PPCI vigente ou a contratada deverá arcar com os custos de elaboração de um novo?"

ESCLARECIMENTO: Sim, há PPCI vigente. Entretanto, é objeto do contrato, conforme item 5.1.2 do Termo de Referência, a elaboração e atualização de Plano de Prevenção, Combate e Incêndio e Pânico - PPCI podendo essa demanda ser apresentada a qualquer tempo durante a vigência do contrato.

"4- A contratada deverá prever profissionais folguistas ou haverá escala de revezamento, considerando a redução de postos aos finais de semana?"

ESCLARECIMENTO: Não há necessidade de previsão de folguistas para os postos aos finais de semana e feriados, pois no edifício DITEC/PF há escala de revezamento, incluindo o horário de almoço e na CAOP há remuneração da intrajornada.

"5- Favor informar se a contratada poderá incluir na planilha de custos valores referentes a rubricas como assistência odontológica, seguro de vida e assistência médica, previstas em CCT. Em caso positivo, justificar por que tais rubricas não constam na planilha de formação de preços da Administração."

ESCLARECIMENTO: Não poderão ser incluídos na planilha de custos valores referentes as rubricas citadas, em decorrência do princípio da não onerabilidade exclusiva da administração pública. Benefícios previstos em CCT que onerem exclusivamente a Administração não podem ser incluídos na planilha, pois a Administração não é responsável por custear benefícios que não são diretamente decorrentes do serviço prestado. Entretanto, os benefícios obrigatórios estabelecidos na CCT devem ser cumpridos pela empresa Contratada durante a execução do contrato.

Nos termos do art. 611 da CLT: " *Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.* "

A exceção para essa regra encontra-se prevista no art. 620 do mesmo diploma trabalhista, o qual dispõe prevalecer as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho. Desse modo, em caso de inexistência de acordo coletivo de trabalho, deve-se observar aquilo que foi fixado na CCT, por se transmutar em obrigação trabalhista sob a responsabilidade da empresa contratada.

Por sua vez, há de verificar o fato de existir uma relação triangular que abrange o empregado, o empregador e o órgão público. A relação deste último ocorre única e exclusivamente com o empregador, além de ser regida por normas próprias. Nesse ínterim, o art. 6º da IN 05, de 26 de maio de 2017, do atual Ministério da Economia assim estabelece: Art. 6º: " *A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.* " (grifo nosso)

Nesse sentido, o §5º do art. 458 da CLT é claro ao dispor que:

§ 5º *O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares, mesmo quando concedido em diferentes modalidades de planos e coberturas, não integram o salário do empregado para qualquer efeito nem o salário de contribuição, para efeitos do previsto na alínea q do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (grifo nosso)*

Portanto, o fato de haver previsão de rubricas como assistência odontológica, seguro de vida e assistência médica na CCT não obriga a administração pública a arcar com as referidas despesas, exatamente por não possuir natureza salarial. Logo, não há necessidade da referida inclusão, uma vez que não haverá o repasse da administração pública relativa ao pagamento em questão. Entretanto, é importante ressaltar que os benefícios obrigatórios estabelecidos na CCT devem ser cumpridos pela empresa Contratada durante a execução do contrato.

"6- Na planilha de composição de custos, é utilizado o divisor 220 para o cálculo de intrajornada (131/220 * 1,5 * 4,35;2). Entendemos que o racional refere-se ao piso/divisor previsto na CCT para o cálculo de horas extras. Esse entendimento está correto? Caso negativo, favor esclarecer a base legal adotada para o cálculo."

ESCLARECIMENTO: Na Planilha de Preços estimada pela DITEC/PF, o cálculo de intrajornada é realizado sobre o valor da remuneração (célula I33 que é composta do total do módulo 1), incluindo os adicionais devidos, conforme Súmula 264 do Tribunal Superior do Trabalho - TST:

"SÚMULA Nº 264 - HORA SUPLEMENTAR. CÁLCULO

A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.

Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003"

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
28	Módulo 1: Composição da Remuneração								
29	1	Composição da Remuneração						Percentual (R\$)	Valor (R\$)
30	A	Salário-Base							3.669,27
31	B	Adicional de Periculosidade						30,00%	1.100,78
32	C	Adicional Noturno						20,00%	450,99
33		Total							5.221,04

3. Restitua-se à CPL/DILOG/DITEC/PF para conhecimento.

EMERSON SANTOS DE LIMA

Perito Criminal Federal
Responsável pela demanda

FREDERICO NATIVIDADE ORTIZ

Perito Criminal Federal
Integrante Técnico

CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA

Agente Administrativo
Integrante Técnico

CAMILA RAMOS CABRAL

Agente Administrativa
Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **EMERSON SANTOS DE LIMA**, **Perito(a) Criminal Federal**, em 04/06/2025, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA**, **Agente Administrativo(a)**, em 04/06/2025, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61702787&crc=DDEF65CA.
Código verificador: **61702787** e Código CRC: **DDEF65CA**.